CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO
PATROCÍNIO
Graduação em Psicologia

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: preparação das professoras de uma rede municipal

Juliana dos Santos Pereira Botelho

PATROCÍNIO-MG
2017

JULIANA DOS SANTOS PEREIRA BOTELHO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: preparação das professoras de uma rede municipal

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Psicologia, pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Cristina Alvarenga

PATROCÍNIO-MG
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Botelho, Juliana dos Santos Pereira
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: preparação das professoras de uma rede municipal / Juliana dos Santos Pereira Botelho. – Patrocínio: Centro Universitário do Cerrado, 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário do Cerrado Patrocínio. Curso de Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Cristina Alvarenga

1. Educação Inclusiva. 2. Professoras. 3. Preparação.

Centro Universitário do Cerrado Patrocínio
Curso de Graduação em Psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Educação Inclusiva: preparação das professoras de uma rede municipal", de autoria da graduanda Juliana dos Santos Pereira Botelho, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Vanessa Cristina Alvarenga

Profa. Dra. Vanessa Cristina Alvarenga – Orientadora
Instituição: UNICERP

Profa. Esp. Daniele Aparecida dos Reis
Instituição: UNICERP

Tacyana S Peres

Profa. Esp. Tacyana Silva Peres
Instituição: UNICERP

Data de Aprovação: 04/12/2017.

Patrocínio, 04 de dezembro de 2017.

DEDICO *este trabalho a meu marido Romário e minha filha Geovanna, que estiveram comigo todos os dias difíceis me dando carinho e amor. Também merecem destaque meus pais Rosangela e Gilberto e meus irmãos Fernanda e Beto que tanto amo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar que é minha força e meu amparo para todos aqueles dias em que tudo parecia desabar que esteve comigo nesta jornada que hoje se encerra com sucesso.

Agradeço a minha família que sempre me estimulou a conquistar meus sonhos e não desistir deles, sempre me motivou e me mostrou como posso ser capaz daquilo que almejo.

Também devo dar méritos a minha orientadora e professora Dra. Vanessa Cristina Alvarenga que me incentivou, acreditou e me ajudou em cada etapa deste trabalho, fazendo com que eu crescesse e ampliando meus conhecimentos a fim de obtermos juntas o presente trabalho.

Devo agradecer também a meus amigos de curso que nesta jornada estiveram comigo caminhando lado a lado, dividindo as dificuldades e alegrias.

RESUMO

A inclusão escolar é um direito garantido por lei, a relevância de tratar-se deste tema é que nossa sociedade é constituída por inúmeras diferenças presenciadas em nosso cotidiano, cada indivíduo leva consigo suas bagagens vivenciadas, sejam elas advindas de sua cultura, de seus valores, suas crenças e credos e a escola segue como um potencializadora de conhecimentos acerca de diversas formas de vivenciar todas as diferenças, assim evidencia-se a importância de um olhar mais humano que envolve o outro e suas particularidades. Com esta pesquisa procurou-se compreender se as professoras da rede municipal de ensino de Patrocínio/MG recebem algum tipo de treinamento e/ou preparação para receber alunos inclusivos em suas salas de aula. Acredita-se que seja de fundamental importância o professor receber um treinamento e/ou orientações quando for incluir um aluno em sua sala de aula, mas percebe-se que na prática isso não ocorra, tendo o professor que lidar com essa situação, muitas vezes sem estar preparado para a mesma. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo geral verificar se as professoras da rede municipal de educação da cidade de Patrocínio/MG recebem algum tipo de preparação para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula no ensino regular e como objetivos específicos: averiguar se as professoras da rede municipal de educação da cidade de Patrocínio/MG recebem algum tipo de preparação metodológica ou mesmo psicológica no processo de inclusão de crianças especiais em suas salas de aula; conhecer quais recursos pedagógicos é disponibilizado pela escola para que seja realizado o trabalho da professora junto ao aluno inclusivo; analisar como a gestão escolar trabalha com as professoras acerca deste assunto. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, na qual foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com professoras da rede municipal de educação da cidade. E os dados foram analisados individual e coletivamente a partir da análise de conteúdo. Quanto aos resultados apenas uma professora não conhece sobre a Lei da Inclusão. Todas acreditam que a prática não condiz com as propostas da legislação; sobre a participação das professoras no processo de inclusão cinco não foram consultadas se queriam participar dessa experiência; quanto à formação todas as professoras ressaltam que apenas o que se aprende na licenciatura não é o bastante para se realizar uma prática inclusiva e acreditam que há sim uma necessidade de capacitação; em relação a se sentirem preparadas para receber os alunos inclusivos todas acreditam que não estejam; quanto às dificuldades ao incluir falaram sobre o não conhecimento do diagnóstico, ausência de capacitação, falta de apoio da família; destacam a necessidade da gestão da escola estar mais presente nesse processo de inclusão; referente aos recursos oferecidos a elas destacam serem escassos para se trabalhar com uma criança inclusiva. Conclui-se que as professoras não estão preparadas para receber alunos inclusos dentro de suas salas, seja por ausência de capacitação, falta apoio da gestão, da família e falta de conhecimento sobre o assunto, embora estejam passando pela experiência da inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Professoras. Preparação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade das professoras e Estado Civil 23
Tabela 2 - Formação das professoras 24
Tabela 3 - Tempo de serviço na rede de ensino, quais etapas já trabalharam, curso de especialização 25
Tabela 4 - Período de trabalho e Quantidade de alunos 26

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG	Minas Gerais
TAB	Tabela
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICERP	Centro Universitário do Cerrado Patrocínio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 09

2 REVISÃO DE LITERATURA 13

2.1 Um pouco da história acerca da deficiência 13
2.2 Inclusão escolar 14
3.3 Os professores e a inclusão escolar 16

3 OBJETIVOS 19

3.1 Objetivo Geral 19
3.2 Objetivos Específicos 19

4 METODOLOGIA 20

4.1 Tipo de pesquisa 20
4.2 Cenário da pesquisa 20
4.3 Participantes da pesquisa 21
4.4 Técnica de coleta de dados 21
4.5 Procedimentos de análise de dados 22
4.6 Questões éticas 22

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 23

5.1 A lei da inclusão escolar e a percepção das professoras 27
5.2 As professoras e a experiência da inclusão 29
5.3 A formação e a capacitação das professoras frente à inlcusão 33
5.4 Preparação psicológica e metodológica e as dificuldades encontradas 35
5.5 Trabalho da gestão escolar e os recursos encontrados na escola 37

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 42

REFERÊNCIAS 44

APÊNDICES 48

ANEXOS 534

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como proposta verificar se as professoras[1] da rede municipal de educação da cidade de Patrocínio/MG passam por algum treinamento e/ou preparação para a inclusão de alunos especiais.

Atualmente vivemos em uma sociedade na qual as transformações estão sendo vivenciadas em constante velocidade, desta forma é preciso que passemos a viver o novo e as novas propostas. O modo como cada indivíduo entende e/ou aceita cada mudança manifesta-se de diferentes maneiras, associados ao modo de viver, a conduta de entender e enxergar as coisas, também está relacionado a cultura, a criação, a geração, as crenças e os valores. Todas as mudanças trazem consigo, medo, insegurança, incertezas de novas transformações, mas também nos demonstram novas evidências, alternativas inéditas, conhecimentos até então desconhecidos e mudanças que podem ser agradáveis (MANTOAN, 2003).

A escola é um local onde passamos a conhecer a história da evolução de nossa sociedade como já foi e como está sendo mudada a partir do passar dos séculos. Contudo ao conhecer sobre os modelos de educação dos séculos passados podemos ressaltar que de acordo com Mantoan (2003, p. 12) se dava um ensino racional onde o conhecimento, as práticas educacionais, os tipos de serviços e as grades curriculares estão ultrapassadas de acordo com o tempo de hoje onde “as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada”. Desse modo, é imprescindível que as mudanças e transformações ocorram dentro deste ambiente. Diante do cenário escolar onde as diferenças fazem parte do aprendizado, onde estas podem ser desconstruídas à partir do preconceito “a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais forma e instrui os alunos” (p. 12).

De acordo com Mendes (2006), ao falarmos sobre as diferenças encontramos um assunto que é chave em discussão, no caso a educação inclusiva. No século XVI, começou a ser traçada a história da educação especial sob os cuidados de médicos e professores que induziram os conceitos correntes da época e refutavam as capacidades dos indivíduos que

[1] Optou-se pela palavra professora no feminino, uma vez que foram entrevistadas somente mulheres na presente pesquisa.

foram intitulados como não portadores de ensino. Conforme a autora “foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria melhor cuidada e protegida se confinada em ambientes separados, também para proteger a sociedade dos ‘anormais’” (p. 387, grifo da autora).

De acordo com Mendes (2006) na década de 1960 os movimentos da sociedade a favor dos diretos humanos começaram uma pauta para mostrar à sociedade sobre os detrimentos da segregação destes indivíduos. Seguindo a ideia do autor, esta situação apoiava uma estrutura para a declaração da integração escolar, conforme o argumento de que as crianças portadoras de deficiência teriam o direito de ser incluídas em toda a vida cotidiana que as demais crianças tinham.

Durante as décadas de 1960 e 1970 apenas os países considerados superiores e mais desenvolvidos tinham adotado um sistema educacional paralelo aos portadores de deficiência. Contudo, ainda na década de 1960 tinha-se uma grande procura pelo ensino especial, já que este veio ganhando espaço pela prova de sua potencialidade (MENDES, 2006).

Segundo Mendes (2006) o princípio da normatização surge na década de 1970 nos países escandinavos que tinha como foco a ideia de que qualquer pessoa com deficiência poderia manter um modelo de vida comum e que deveria ser dado a todos a oportunidade igualitária nas atividades compartilhadas com outras pessoas. Sendo realizados estudos acerca destes direitos, os quais apontaram que em muitos países pobres ainda na década de 1990 havia milhares de jovens e crianças que não estavam ingressos na escola básica. Por este motivo:

> No contexto mundial, o princípio da inclusão passa a ser defendido como uma proposta de aplicação de prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidade para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e havia aceitação e reconhecimento político das diferenças (MENDES, 2006, p.395).

Assim, na década de 1990 tem-se a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/96, a qual dispõe em seu Título III, artigo quarto, inciso III que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL,

1996, p. 10). Ou seja, todos os portadores de alguma deficiência tem o direito sem restrições de raça, cor, classe social e cultura à educação.

Dessa forma, de acordo com Mantoan (2003, p. 14) mediante o desafio da inclusão escolar é preciso que as escolas passem por uma mudança em sua forma de perceber a educação. “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. Por abranger, segundo a ideia da autora, uma mudança de entendimento na educação, a educação inclusiva abrange além dos alunos deficientes todos os que convivem em um mesmo ambiente.

A educação inclusiva é mais do que um direito que as crianças com necessidades especiais e as famílias das mesmas têm de receber, é uma questão aliada aos direitos humanos, já que estes direitos não podem ser violados e/ou excluídos por “consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica (seria algo que iria contra os direitos humanos)” (SÁNCHEZ, 2005, p. 12).

Segundo Mendes (2006) é importante refletir sobre o papel da escola e do professor nesse processo de inclusão, visto que a escolarização de pessoas com deficiência vem sendo pauta recente nos assuntos escolares, assim não se pode deixar de lado participantes ativos nesta colaboração, no caso os professores, pois são eles parte do processo aluno e conhecimento, desse modo é necessário ir além do que incluir este aluno dentro da sala de aula, sendo necessário que se faça práticas pedagógicas diferenciadas para se garantir conhecimento a todos os alunos atendendo as diferenças de aprendizagem de cada estudante.

De acordo com Costa (2012) as escolas em sua multiplicidade não possuem estruturas físicas e materiais para trabalhar a didática pedagógica ou mesmo um espaço adequado para acompanhar as necessidades educacionais dos alunos inclusos, a maior parte dos professores declara um medo diante a inclusão em suas salas de aula pela ausência de preparo para lidar com alunos com deficiência.

Portanto, procurou-se compreender diante o exposto: as professoras da rede municipal de ensino de Patrocínio/MG recebem algum tipo de treinamento e/ou preparação para receber alunos inclusivos em suas salas de aula? Acredita-se que seja de fundamental importância o professor receber um treinamento e/ou orientações quando for receber um aluno inclusivo em sua sala de aula, mas pensa-se que na prática isso não ocorra, tendo o professor que lidar com essa situação, muitas vezes sem estar preparado para a mesma.

O tema da inclusão escolar é algo muito importante a ser discutido e revisto nos dias atuais, por mais que a inclusão seja um direito garantido pela lei é preciso que se faça mais, de acordo com Silva e Arruda (2014, s/p) “para que o trabalho seja desenvolvido com êxito é necessário que uma gama de outras coisas aconteça para que se inteirem esse aluno ao meio em que ele vive”. Como ressaltam as autoras, a relevância de estudar este assunto é que nossa sociedade é constituída por inúmeras diferenças presenciadas em nosso cotidiano, cada indivíduo leva consigo suas bagagens vivenciadas, sejam elas advindas de sua cultura, de seus valores, suas crenças e credos e a escola segue como um potencializador de conhecimentos, acerca de diversas formas de vivenciar todas as diferenças ressaltando a importância de um olhar mais humano que envolve o outro e suas particularidades.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Um pouco da história acerca da deficiência

Ao conhecer a história de algo a ser lembrado ou algo que já foi vivenciado podemos destacar a importância da cultura em nossas vidas, “as normas, os princípios, os padrões e os conceitos dentro de nós são valores culturais historicamente criados e automaticamente aceitos pela maioria dos membros da nossa sociedade” (FIGUEIRA, 2015, p.21). Deste modo, subentende-se que há influências em gerações passadas, costumes, valores e até mesmo imagens que temos acerca de algo. Como continua o autor “ao sermos indagados das imagens que a sociedade tem sobre pessoas com deficiência, muitos recorriam (e alguns ainda recorrem) a uma associação de ideias”, em primeira instância são lembradas como aqueles em situações secundárias as das outras pessoas. O autor também ressalta que em tempos passados havia a prática de extinção de pessoas que tinham algum tipo de deficiência e ainda ousavam a dizer que a concepção dessa eliminação se dava a partir de que o sujeito ia vir a sofrer ao longo de sua existência, por isso a eles era melhor a morte.

Segundo Pacheco e Alves (2007), na Grécia Antiga, onde se ocasionava as lutas e guerras, dava-se um destaque muito grande aos que tinham belos corpos e eram fortes, já aqueles que nasciam mal formados e mesmo quando se encontravam doentes eram deixados desprotegidos e logo abandonados, sendo obrigados a esmolar e viver nas ruas sem amparo e lar. Apenas no século XIX “ocorre a superação da visão de deficiente como doença, para uma visão de estado ou condição do sujeito” (p. 244).

Na Revolução Industrial (final do século XVIII), período que ficou conhecido como valorativo do potencial da produção das pessoas, foi necessário uma postura em relação aos indivíduos com deficiência, pois logo foram reconhecidos como aptos a realizar tarefas nas indústrias (PACHECO, ALVES, 2007). Desta maneira, “observa-se um período voltado para a educação da pessoa com deficiência em que novas técnicas, adaptações e programas de ensino foram estabelecidos e mantidos até os tempos atuais” (p. 244).

Os movimentos de “segregação” dos indivíduos portadores de deficiência conforme ressaltam Pacheco e Alves (2007), foram mantidos por um longo tempo e seu marco inicial teve como princípio motivos sociais e pessoais. “Desta forma, é importante atentarmos aos aspectos históricos do preconceito em nossa cultura, para que possamos assumir uma postura mais reflexiva e crítica acerca do significado de deficiência em nossa sociedade” (p. 247).

A história nos mostra que por um longo período o preconceito ligado ao deficiente o colocava como seres amaldiçoados, onde não existia explicações naturais sobre sua existência. Ninguém conhecia a definição exata do termo deficiência (PACHECO, ALVES, 2007). Atualmente a Lei nº 13.146/15, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão define a pessoa com deficiência da seguinte forma:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, ou aquela, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s/p).

2.2 Inclusão Escolar

A educação é um meio em que o individuo começa a se socializar e ter qualidade de vida diante de diferentes culturas e, portanto, convivendo com as diferenças faz com que o sujeito faça sua integração com o meio em que está convivendo e também aprendendo (ROGALSKI, 2010). No entanto “a educação inclusiva é simplesmente uma declaração de um direito fundamental para todos, de acesso à educação e de não ser excluído” (STUBBS, 2008, p. 21).

De acordo com Leite e Martins (2015), com os modelos de segregação que se evidenciaram no final do século XIX, foram desenvolvidos classes e escolas especiais onde a assistência era clínica terapêutica e se pautavam a um suporte médico sustentado pelo entendimento de titulação do deficiente. Contudo, tais aprendizes tinham que ser capazes de ficar no mesmo ambiente que os demais. Tal aspecto relacionado ao entendimento do campo é “a dificuldade das pessoas com deficiência em se impor a um padrão comum da sociedade está em aceitar as diferenças naturalmente humanas, como outras quaisquer” (p. 89). O que proporcionou críticas acerca do conceito de “normatização”.

A construção da proposta da educação inclusiva ganhou força a partir da Declaração de Salamanca de 1994, elaborada na Conferência Mundial de Educação Especial, na data de 7 a 10 de Junho de 1994, onde se reuniram organizações internacionais para fundamentar políticas necessárias para atender as crianças, principalmente as com necessidades educativas especiais e foi organizada pelo governo da Espanha com cooperação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que buscava uma proposta de Educação para Todos. O documento destaca que:

> A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades das crianças, em vez de ser esta a ter de se adaptar as concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e natureza do processo educativo (UNESCO, 1994, p.17).

Dessa forma, a partir da Declaração de Salamanca houve mudanças na defesa da oferta da "Educação para Todos" em que se pautavam ideias de igualdade na educação onde a "legislação deverá reconhecer o princípio de igualdade de oportunidades para as crianças, os jovens e os adultos com deficiência na educação primária, secundária e terciária, amparadas que possíveis em contexto integradores" (UNESCO, 1994, p. 17).

O debate sobre a educação inclusiva ganha fôlego com a LDBEN, que postulava a educação como direito a todos. A Lei traz que os indivíduos portadores de alguma deficiência sempre foram vistos como sujeitos incapazes de realizar tarefas, sendo alvos de descriminação e desrespeito, acreditando estarem sempre em desvantagens, não sendo compreendido como indivíduos de direitos sociais e em especial direitos relacionados à educação. Por isso, entende-se por educação inclusiva aquela que garante acesso igualitário ao ambiente social, sociedade esta que deve acolher as diferenças individuais e aceitação sob cada um (BRASIL, 1996).

De acordo com Figueira (2015, p. 24) "o preconceito é um comportamento adquirido, aprendido, tendo como alicerce a desinformação, tendo muitas ramificações que afetam não somente as pessoas com deficiência, mas também famílias, grupos de referências e vida escolar." Mas era preciso que fosse feito mais pela inclusão escolar, assim tem-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, a qual em seu artigo 27 respalda sobre o direito à educação da pessoa com deficiência:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, s/p.).

2.3 Os professores e a inclusão escolar

Para Figueira (2015) a escola é um espaço para as mudanças sendo assim a inserção de crianças portadoras de algum tipo de deficiência em rede regular de ensino é uma abertura para que se ocasionem transformações. De acordo com o autor "a palavra incluir significa abranger, compreender, somar e é nesse sentido que deve se pensar quando se fala em inclusão, é trazer para perto, dar a ela o sentido de ter as mesmas experiências, é aceitar o diferente e também aprender com ele" (p. 89).

De acordo com Mantoan (2003) são muitas as dificuldades encontradas pelos professores ao incluírem alunos com deficiência em suas salas de aula, a autora destaca que a neutralização é uma delas, e significa a ausência dos desafios diários, no qual o professor não se propõe a mudanças na forma de ensinar.

Outra dificuldade encontrada de acordo com Leonardo (2008, p. 433) se refere ao fato de que: "as escolas se encontram praticamente destituídas da infraestrutura necessária para implantar projetos inclusivos, tanto no tocante aos aspectos físicos quanto a recursos humanos". O que é em fato fundamental para que o projeto inclusivo seja realizado com êxito, dada à importância que a escola ao receber um aluno inclusivo precisa estar apta quanto aos materiais, espaço e uma gestão escolar acolhedora e preparada a receber e amparar as dificuldades que serão encontradas neste processo.

Mesmo que o trabalho da gestão escolar e do professor seja feito coerente o "trabalho de inclusão escolar coloca a sensibilização e a conscientização da comunidade acadêmica como pré-requisito fundamental para que se consiga refletir em torno do conhecimento e sentimentos de pessoas com deficiência" (LEONARDO, 2008, p. 432). Ou seja, a sociedade em geral precisa atentar-se para o preconceito em torno das pessoas com deficiência, seja ela quando se tem um filho na escola, com um colega deficiente, seja ao modo como a professora encara o processo de inclusão dentro da sala de aula ou mesmo o modo como a escola recebe esta criança.

De acordo com Pletsch (2009, p. 144), “nos últimos dez anos, ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil, não apenas em termos de legislações, mas também em relação à produção do conhecimento acadêmico voltado para o tema”. Muitas mudanças foram feitas e os professores tiveram que acompanhar os acontecimentos ocorridos e de acordo com os estudos entende-se que “as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão” (p. 150).

Para Sant’ana (2005), a partir do momento em que os professores aliados com a coordenação escolar direcionam funções da estrutura da prática educacional estas ideias podem ser relevantes para o entendimento de como está sendo avançado tal projeto, procurando pelo progresso da inclusão:

> Em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido retirada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o entendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiência (SANT’ANA, 2005, p. 227).

Tem-se percebido de acordo com Sant’ana, (2005, p. 288) que a ausência da constituição de estudos específicos acerca da inclusão aos educadores é um fato que acaba prejudicando na efetivação desta política. Diante do exposto: “torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados, a fim, de atender as peculiaridades apresentadas pelos alunos”.

A importância de uma formação continuada aos educandos faz se necessária neste processo de inclusão sob a Declaração de Salamanca, que nos mostra: “no contexto duma mudança sistemática, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em-serviço, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas” (UNESCO, 1994, p. 10).

Sant’ana (2005, p. 288), ressalta que não se pode incumbir a ideia de que o sistema de formação do professor é o errôneo, mas pensar “que a formação docente não pode restringir-se a participação em cursos eventuais, mas sim precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação, que sejam realizados de forma integrada e permanente”. Dessa forma, a formação precisa trazer conhecimentos acerca da inclusão e sobre as práticas inclusivas e o professor necessita se atentar para assuntos atuais e que fazem parte do contexto escolar.

Desse modo, a inclusão escolar é uma prática de inovação que precisa de uma restruturação a fim de atingir as escolas em geral, de acordo com Sampaio e Sampaio (2009):

> Para uma efetiva implementação do modelo inclusivo na educação, faz se necessário uma profunda reorganização escolar, que vai muito além de aceitar crianças deficientes na escola ou até mesmo realizar adaptações físicas ou curriculares de pequeno porte, que se restrinjam a sala de aula, sem, contudo, contribuir para que haja uma real transformação da didática do processo pedagógico, nem da qualidade das relações estabelecidas na instituição escolar (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 44).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Verificar se as professoras da rede municipal de educação da cidade de Patrocínio/MG recebem algum tipo de preparação para a inclusão de alunos especiais em suas salas de aula no ensino regular.

3.2 Objetivos Específicos

Averiguar se as professoras da rede municipal de educação da cidade de Patrocínio/MG recebem algum tipo de preparação metodológica ou mesmo psicológica no processo de inclusão de crianças especiais em suas salas de aula;

Conhecer quais recursos pedagógicos é disponibilizado pela escola para que seja realizado o trabalho da professora junto ao aluno inclusivo;

Analisar como a gestão escolar trabalha com as professoras acerca deste assunto;

Levantar quais as dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão escolar.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de campo e de caráter descritivo. Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26): “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação prática entre o mundo real e o sujeito, sendo um vínculo inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números”. Tem como fator principal para contribuição dos dados e resultados da pesquisa o ambiente natural, que favorece a uma possível compreensão e a uma análise dos dados mais completa.

A pesquisa de campo é definida como a proposta de se alcançar informações, saberes e entendimentos a respeito de um problema, a fim de investigar uma resposta, que se deseja fundamentar, ou mesmo constatar recentes ocorrências (MARCONI, LAKATOS, 2005).

De acordo com Cervo e Bervian (2002) a pesquisa descritiva procura conhecimentos frente às diferentes situações vivenciadas sejam elas sociais, do governo, aspectos financeiros e tudo que envolve as condutas do indivíduo em seu meio, de forma individual ou mesmo em conjunto à sociedade.

4.2 Cenário da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Patrocínio localizada no estado de Minas Gerais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016) a população da cidade é de cerca de 89.333 mil habitantes para o ano de 2015. Em 2015 o número de docentes do ensino fundamental foi de 712, no qual 192 são de Escola Pública Municipal de Ensino. São 38 escolas ao todo que abrangem o Ensino Fundamental no qual 19 são escolas públicas estaduais, 12 escolas públicas municipais e 7 (sete) escolas privadas.

4.3 Participantes da pesquisa

Foram entrevistadas 6 (seis) professoras que trabalham na rede municipal de ensino de Patrocínio/MG, o requisito para participação na pesquisa, além do consentimento da participante, é ter vivenciado e/ou estar vivenciando a experiência de ter um aluno incluído em sua sala de aula. De acordo com Silveira e Cordova (2009, p. 32) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Desse modo, esse tipo de pesquisa preocupa-se com a realidade dos indivíduos não dando valor a quantidade, tendo como foco o entendimento das diferentes relações em sociedade.

Importante ressaltar que para a realização da pesquisa inicialmente entrou-se em contato com a Secretaria Municipal de Educação de Patrocínio/MG a fim de explicar sobre a pesquisa e obter autorização para realização da mesma (ANEXO A). Após, obter a autorização foi realizado um levantamento de todas as escolas municipais da cidade, através do catálogo telefônico e meio eletrônico (sites) a fim de entrar em contato com as mesmas para a busca das possíveis participantes da pesquisa. Também foi possível encontrar algumas participantes através de informações da rede de contato da pesquisadora que indicaram possíveis professoras que se enquadravam nos requisitos da presente pesquisa.

4.4 Técnica de coleta de dados

Para a coleta de dados desta pesquisa foi realizada uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), a qual contém questões abertas, sobre o perfil sociodemográfico, formação profissional, o trabalho atualmente e sobre a percepção das professoras acerca da profissão e da inclusão escolar.

Verificado as possíveis escolas que teriam professoras que estejam ou já passaram pelo processo de incluir alunos com necessidades educacionais especiais, buscou-se um contato com as participantes pessoalmente, com a finalidade de explicar sobre a pesquisa e ao concordarem em participar da entrevista definiu-se o melhor dia, horário e local para a realização da mesma, 5 (cinco) professoras optaram pela realização da entrevista em sua residência e 1 (uma) na escola que atua, sendo que toas as entrevistas ocorrem em locais sem

interferência de barulho ou exposição das pessoas. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes.

Para a aplicação da entrevista primeiramente foi feito a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE B), após também foi lido e assinado o Termo de Consentimento Livre, após Esclarecimento (APÊNDICE B).

4.5 Procedimentos de análise de dados

Após a realização das entrevistas, estas foram passadas para arquivo no computador, depois digitadas na íntegra para facilitar a análise individual do conteúdo, após a transcrição integral das entrevistas foi feita uma leitura exaustiva do material que emergiu da mesma.

A interpretação dos dados ocorreu a partir da análise do conteúdo, sendo organizadas as informações mais significativas em categorias, como nos explica González Rey (2002, p. 143): “uma das formas mais antigas e mais usadas na análise e processamento de conteúdo abertos e pouco estruturados é a análise de conteúdo, técnica que se apoia na codificação da informação em categorias para dar sentido ao material estudado”.

Sendo que as categorias, segundo González Rey (2010, p. 139) “representam formas de concretização e de organização do processo construtivo-interpretativo que permitem seu desenvolvimento por meio de núcleos de significação teórica portadores de certa estabilidade”.

4.6 Questões éticas

Este projeto de pesquisa está de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a qual estabelece as diretrizes para a pesquisa envolvendo seres humanos. O mesmo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa do UNICERP (COEP/UNICERP) e a coleta de dados somente foi realizada após aprovação do COEP/UNICERP (ANEXO B).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Importante ressaltar que este trabalho teve como fundamento ouvir as professoras que já passaram ou passam pelo processo de incluir alunos com necessidades especiais em suas salas de aula, bem como traz Scoz (2008, p. 09): “A reflexividade é uma característica do indivíduo em uma reorganização crítica de seu conhecimento ou mesmo na interrogação dos seus pontos de vista fundamentais”. Desta forma, destaca-se a relevância das falas das professoras quanto aos sentimentos e percepções a respeito da inclusão, falar sobre o que sentem diante os desafios é de extrema importância, pois conhecendo o grau de satisfação ou dificuldades na realização do seu trabalho pode se pensar e repensar sua prática.

Antes de adentrar a respeito da percepção das professoras acerca da inclusão escolar é preciso que se entenda quem são essas professoras, assim segue nas tabelas abaixo informações sobre a idade, estado civil, formação profissional e atuação profissional das mesmas. As professoras foram identificadas com nomes de flores a fim de manter o sigilo de suas identidades.

Tabela 1 - Idade das professoras e Estado Civil

Professora	Idade (anos)	Estado Civil
Margarida	38	Casada
Bromélia	36	Casada
Girassol	33	Casada
Tulipa	35	Casada
Orquídea	36	Casada
Jasmim	32	Casada

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a TAB. 1 todas as entrevistadas são do sexo feminino, dados que corroboram com o Censo Escolar da Educação Básica de 2007 que “se consideradas todas as etapas e modalidades de educação 81,6% dos professores que estavam em regência de classe são mulheres e somam mais de um milhão e meio de docentes (1.542.925)” (GATTI, BARRETO, 2009, p. 22).

Sobre a faixa etária das professoras todas tem entre 32 a 38 anos o que nos indica que as educadoras que passam ou já passaram pela experiência com alunos inclusivos são jovens. Quanto ao estado civil 100% das entrevistadas todas são casadas.

A TAB. 2 vem situar-nos sobre a formação profissional das professoras, sendo que 4 (quatro) cursaram o Magistério e todas tem Ensino Superior, como nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 - Formação das professoras

Professora	**Magistério**	**Ano de Conclusão**	**Formação Superior**	**Ano Conclusão**
Margarida	Sim	1996	Letras	2007
Bromélia	Sim	1999	História	2003
Girassol	Não	-	Pedagogia	2005
Tulipa	Sim	2001	Licenciatura Plena e Normal Superior	2005
Orquídea	Sim	1998	Pedagogia	2005
Jasmim	Não	-	Pedagogia	2009

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se constatar de acordo com a TAB. 2 que a maioria das entrevistadas concluiram o magistério na década de 1990, assim de acordo com Gatti e Barretto (2009, p. 33) “até 1996 o curso mínimo requirido por lei para o exercício da docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental era o magistério de nível médio”. Desta forma, percebe-se que as professoras que não tem o magistério são Girassol de 33 anos e Jasmim de 32 anos, sendo assim as professoras mais novas do grupo, elas cursaram o ensino superior, no caso Pedagogia, a atendendo assim a LDBEN (1996).

Como nos mostra a própria pesquisa as professoras entre 2003 e 2009 concluíram suas graduações, em conformidade com a LDBEN há qual deu um prazo de 10 anos para que os professores que atuassem na educação básica tivessem formação em nível superior. “Esse prazo foi importante, na medida em que, no Brasil, nessa época, a maioria dos professores do ensino fundamental possuía formação em magistério, em nível médio, havendo também milhares de professores leigos sem formação no ensino médio como até então era exigido” (GATTI, BARRETO, 2009, p. 43).

As entrevistadas foram questionadas sobre quanto tempo trabalham na rede municipal de ensino; quais etapas já trabalharam; se fazem ou já fizeram cursos de especialização, esses dados seguem na tabela abaixo:

Tabela 3 - Tempo de serviço na rede de ensino, quais etapas já trabalharam, curso de especialização

Professora	**Desde quando é professora na Rede Municipal de Ensino**	**Etapas que já trabalharam**	**Curso de Especialização**
Margarida	2008	Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e Ensino Médio	Educação Especial Inclusiva
Bromélia	2000	Educação Infantil	Não
Girassol	2008	1º, 2º, 3º e 4º Ano do Fundamental	Pós Graduação em Educação Especial e Inclusiva
Tulipa	2002	Educação Infantil, 1º ao 5º Ano do Fundamental	Curso de Educação Especial
Orquídea	2000	Educação Infantil e Ensino Fundamental I	Não
Jasmim	2010	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Regente Curso de Magistério	Não

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados da TAB. 3 percebe-se que o tempo maior em que as entrevistadas tem de carreira é de 17 anos, sendo estas Bromélia e Orquídea e a com menor tempo de trabalho é a professora Jasmim com 7 anos. Pode-se notar que o tempo de carreira da professora não necessariamente tem haver com atuação em diferentes etapas da educação, pois Jasmim que é a mais recente na profissão já atuou nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Regente de Curso de Magistério, em contrapartida Bromélia que tem maior tempo de carreira trabalhou somente na Educação Infantil. Quanto aos cursos de especialização das seis das professoras entrevistadas apenas três, Margarida, Girassol e Tulipa têm cursos de especialização acerca da inclusão escolar.

Tabela 4 - Período de trabalho e Quantidade de alunos

Professora	**Etapas que Trabalha**	**Quantidade de alunos**
Margarida	Tarde: 2º Período Educação Infantil	26
Bromélia	Manhã: 1º Período Educação Infantil	23
Girassol	Manhã: 4º Ano do Ensino Fundamental	27
	Tarde: 4º Ano do Ensino Fundamental	25
Tulipa	Manhã: 2º Período Educação Infantil	25
	Tarde: 1º Período Educação Infantil	21
Orquídea	Manhã: 5º Ano do Ensino Fundamental	26
	Tarde: 2º Ano do Ensino Fundamental	28
Jasmim	Manhã: 3º Período Educação Infantil	24
	Tarde: 1º Período Educação Infantil	32

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre o período de trabalho e quantidade de alunos visto na TAB. 4, é possível constatar que as únicas professoras que não dobram períodos são Margarida e Bromélia. As professoras: Girassol, Tulipa, Orquídea e Jasmim trabalham em dobra de turnos, sendo assim Lourencetti (2014, p.16) enfatiza que: "a condição de pauperização salarial obriga a maioria dos professores a trabalharem em mais de uma escola: trabalham em escolas estaduais, nas municipais e ainda nas escolas particulares. Não há um local único e fixo de trabalho". As professoras que dobram turno geralmente tem apenas 1 hora e 30 minutos para almoçarem. Desta forma, é importante salientarmos para que o excesso de trabalho, os trabalhos domésticos, a falta de tempo para planejamento pessoal e profissional acabam intensificando ainda mais a dupla jornada.

Além do trabalho em dois períodos há outro dado que é preciso ser discutido, o número elevado de alunos dentro da sala de aula, que nesta pesquisa variou de 21 a 32 alunos por classe, assim de acordo com estudos de Monteiro e Silva (2015, p. 22) foi constatado que "o grande problema de superlotação nas salas de aulas, influencia diretamente no processo de aprendizagem dos alunos". Esse número de alunos por sala aumenta a desordem no processo

de aprendizado, pois em um espaço com tantas crianças o educador não consegue assistir a todas as crianças, o que acaba comprometendo o processo de aprendizado, ainda mais quando se tem crianças incluídas em sala de aula, o que requer atenção redobrada do professor regente de turma.

5.1 A lei da inclusão escolar e a percepção das professoras

A inclusão escolar nada mais é que o aluno "construir conhecimentos, estar se preparando para a vida pessoal e profissional e exercendo plenamente sua cidadania" (SANTOS, 2010, p. 23). Trata-se de um tema muito discutido e está sendo pauta de diferentes opiniões, dessa forma, a presente pesquisa procurou conhecer a opinião de professoras que estão passando e/ou já passaram pela experiência de terem um aluno incluído em suas salas de aula no ensino regular.

As entrevistadas ao serem indagadas sobre o conhecimento da Lei da Inclusão Escolar esclarecem que compreendem sobre o princípio da mesma e revelam o que pensam dentro do processo educacional:

> Uma lei muito importante que está um pouco defasada porque muitos Estados não estão fazendo cumprir ela na risca, o Município é um (Tulipa).
>
> É muito bonita no papel, mas na prática não vale nada (Bromélia).
>
> Conheço, eu acho que a lei, ela exige que a escola regular inclua crianças que tem deficiências e eu acredito que alguns casos funciona e muito bem a inclusão em outros casos eu acho que não (Jasmim).
>
> Não conheço (Orquídea).
>
> Ela é muito importante, deixa a gente preparada para receber essas crianças que tem deficiência e dá um pouco de teoria para estar buscando mais coisas novas para estar trabalhando com elas (Girassol).

Para três professoras a presente lei muitas vezes na prática não é efetiva. Gouvea, (2000, p. 20) ressalta sobre as implementações das leis que: "entre educadores e formuladores de políticas públicas para a educação há uma unanimidade: em educação demora certo tempo para que uma política implantada comece a apresentar seus resultados".

É fato que o processo de escolarização no país, ainda é uma prática recente já que "quando se discute a formação de professores no Brasil, não dá para desconsiderar o fato que só em meados do século XX é que começa o processo de expansão da escolarização básica no país" (GATTI, BARRETO, 2009, p. 11).

E quando a pauta são as pessoas com algum tipo de deficiência, constata-se que as mesmas foram julgadas e excluídas por muito tempo, sendo que somente no século XIX "ocorre a superação da visão de deficiente como doença, para uma visão de estado ou condição do sujeito" (PACHECO, ALVES, 2007, p. 244).

Dessa forma, Lacerda (2006, p. 168), destaca que o processo de educação ainda é lento, novo e desafiador, e ao discutir sobre o funcionamento da Lei da Inclusão Escolar baseia-se que: "a fragilidade das propostas de inclusão, residem no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar". Assim, Machado e Albuquerque (2012, p. 1086) ressaltam que "no Brasil, ainda é muito recente a garantia do direito à educação da pessoa com deficiência".

De acordo com a ideia de Artioli (2006), mesmo com a promulgação da Lei da Inclusão Escolar, a resolução da proposta não condiz com o cotidiano das crianças portadoras de algum tipo deficiência, em qualquer modalidade de ensino, pois há uma divergência entre o que se é proposto pelas diretrizes impostas pela lei e o que realmente é executado na realidade. Desta forma, sabe-se que as professoras de acordo com suas falas identificam conhecer a Lei da Inclusão Escolar, porém trazem que há uma falha no sistema de ensino quando a mesma é executada e até mesmo por falta de apoio da Escola e do Município. Como se pode notar nas falas abaixo:

> Às vezes uma criança que tem uma dificuldade de andar, de falar, de se higienizar, precisa de fonoaudiologia, precisa de fisioterapeuta, aí a escola regular não te dá isso né e às vezes uma escola especializada para essa criança ela vai ter tudo isso, a escola é adaptada para a própria criança (Jasmim).

> Muito bonita no papel, mas não funciona muito bem, primeiro porque os pais não cooperam e segundo porque a escola não tem estrutura, as escolas, não são só as municipais, as escolas não têm estrutura (Margarida).

Desta forma, a professora Margarida vem alegar que a Lei da Inclusão não tem um bom funcionamento na prática em sua sala de aula, coloca as dificuldades encontradas juntamente com a estrutura da escola ao receber essa criança. Jasmim também destaca que a

escola necessita estar preparada para questões de higiene, movimentação corporal, linguagem quando inclui uma criança.

Salientando a ideia de que a escola precisa ser um local para receber esses alunos de forma inclusiva, Silva e Arruda (2014) acreditam que o ambiente escolar precisa apoiar as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, baseando-se na ideia de que cada aluno tem limites diante de diferentes tipos de deficiências e não pode ser enxergada como um ambiente somente para incluir. Assim, o atendimento a essas crianças necessita ter um acompanhamento quanto ao desenvolvimento de cada aluno, se preparar quanto as questões estruturais, físicas, e quanto aos profissionais que os mesmos saibam e estejam dispostos a ter um compromisso quanto ao processo de inclusão.

5.2 As professoras e a experiência da inclusão

Para que a inclusão aconteça de forma satisfatória é preciso que a criança esteja disposta a aprender e as professoras abertas a ensinar. Neste processo de inclusão a participação ativa das professoras é em suma de grande valia, o olhar, os sentimentos abertos a receber, as questões da diferenciação quanto às capacidades de cada aluno. De acordo com Silva e Arruda (2014, s/p) "é um desafio a todos, principalmente aos profissionais da educação, que tem de fato, que atender esses educandos com qualidade, para que os objetivos e o desenvolvimento aconteçam, fazendo com que a sociedade valorize a diversidade humana".

Quanto à questão das professoras estarem passando ou já passaram pela experiência de ter um aluno inclusivo dentro de sua sala de aula, todas as professoras entrevistadas, atualmente tem em suas salas de aula um aluno inclusivo. Sobre essa experiência destacam que:

> Esse ano está sendo bem complicado, bem difícil, os pais não cooperam, não ajudam, a criança não tem encaminhamento médico, os pais deram uma alta para ele da APAE, simplesmente tiraram ele da APAE, são omissos então é bem complicado, de lá ele veio com o diagnóstico de deficiência intelectual, visual, motora (Margarida).

> É um aluno que eles colocam dentro da sala que a gente tem que se virar para cuidar dele porque é muito pouco aperfeiçoamento, pouca ajuda que a gente tem e a gente tem que se virar com a família, com os alunos, com os pais dos outros alunos e quase nenhum apoio (Bromélia).

Em suas falas as professoras destacam sobre a falta de apoio das famílias, Santos (2010) vem trazer que no processo de inclusão todos necessitam participar, seja a comunidade, os órgãos do governo, família e profissionais da educação para que o trabalho seja feito com êxito, pois é um trabalho social. De acordo com Figueira (2014, p. 59) "papéis que pais e professores desempenham no desenvolvimento e educação das crianças são próximos e complementares e podem proporcionar a criança melhores oportunidades no desenvolvimento de suas capacidades, seja qual for sua limitação". Em continuação a ideia do autor, acredita-se que a gestão escolar não pode alavancar com o processo de inclusão sozinho, isso se deve ao trabalho conjunto.

Mesmo ao encontrar dificuldades, a professora Tulipa vem nos demostrar que sente um carinho pela criança, quando em sua fala expressa esse sentimento:

> De início é assim meio impactante quando você recebe um aluno assim que você não sabe direito como a criança é só pelo laudo, às vezes assusta porque o laudo às vezes é bem chocante, o laudo às vezes um relatório de onde a criança veio, mas eu acho que é um trabalho assim a gente tem que ter um carinho ainda mais especial por essa criança e eu a recebi assim com muito carinho e faço de tudo para ela se sentir bem inclusa dentro da sala de aula (Tulipa).

Mattos et al., (2013, p. 376) vem nos trazer da importância da relação professor e aluno, o qual muitos adultos lembram-se da época da escola e se recordam com carinho das educadoras que construíram juntamente com todos os alunos uma sala harmoniosa com afeto e amizades. O professor coloca para o aluno uma visão que nem mesmo ele consegue enxergar, assim "ao considerá-los como incapazes de saber o que é o melhor para si, agem de forma impositiva, acreditando muitas vezes estarem fazendo o melhor para os estudantes, como se não valesse a pena considerar suas vontades e opiniões" (grifo do autor, p. 376). Desta forma, evidencia-se que o professor que acredita nas possibilidades dos alunos ajuda o próprio a acreditar em suas capacidades, aumentando assim as chances para um desenvolvimento sadio e satisfatório.

Jasmim e Orquídea também trazem seus relatos sobre suas experiências em receber um aluno inclusivo em sala de aula, a saber:

> Acho que a experiência foi nova e enriquecedora porque a gente aprende muito, então assim eu já tinha ouvido falar sobre, porque é uma criança autista, eu já tinha ouvido falar, já tinha pesquisado, aí quando esta aluna veio para a escola a gente percebeu as dificuldades dela e eu acho assim que é uma experiência nova porque a gente vê o desenvolvimento da criança, ela mudou muito, então a experiência é muito boa (Jasmim).

> Esse ano eu tenho um aluno autista, já tinha tido alunos especiais, já tinha tido trabalhado com alunos com síndrome de down, já tinha tido outros alunos com laudo de autismo, mas esse esta sendo uma experiência diferente, porque ele é um autista muito agressivo e eu tenho apoio, professora de apoio, ela tem formação na área, tem pós graduação na área de educação especial, então ela me auxilia muito, eu sou a regente e ela é o apoio, mas todas as atividades que ele realiza eu direciono e ela apoia, então ele faz tudo que ela orienta, ele me ouve, ele presta atenção no que eu estou pedindo mas ele segue as orientações é dela (Orquídea).

Pode-se notar nas entrevistas que é recorrente a questão do não conhecer os diagnósticos das crianças e sim passar a conviver com as mesmas e na prática vivenciar as dificuldades que a criança apresenta. Jasmim e Orquídea dizem trabalhar com crianças autistas, Camargo e Bosa (2009, p. 68) acreditam que: "a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, possa oportunizar os contatos sociais e favorecer não só no seu desenvolvimento, mas o das outras crianças". Seja qual for a deficiência que a criança apresenta é importante salientar que o ambiente escolar é para todos, nas oportunidades, características e singularidades, sendo um local de igualdade de direitos onde devem se dispor de todos os recursos necessários para atendê-los. Assim, conforme Figueira (2014) as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência não são menos capazes de se desenvolver, e sim que elas manifestam suas habilidades a partir de novas formas e modelos, adicionando assim as questões de igualdade de oportunidade que é preciso ter e um olhar mais humanizado quanto as suas limitações, mas não os rotulando como incapazes.

Quanto à inclusão de alunos portadores de deficiência dentro da sala de aula no ensino regular, foi levantada uma questão que se refere ao fato das professoras serem ou não consultadas se queriam ou não participar dessa experiência. Jasmim, Tulipa, Girassol, Bromélia e Margarida salientam que não foram indagadas sobre se queriam ou não participar do processo de inclusão, como nos mostra as falas abaixo:

> Não simplesmente me falaram que eu teria um aluno especial (Bromélia).

> Não, quando eu peguei a lista eu vi que ele era porque ele já estudava na escola e eu já conhecia (Margarida).

> Não fui consultada, por lei como ele tem o direito de estudar, pela idade, ela já frequentava a creche a partir de 0 a 3 anos e, então automaticamente ele já foi inserido na educação infantil, no primeiro período (Tulipa).

> Então eu não fui consultada porque a escola não sabia, a criança foi diagnosticada quando veio para a escola, nem os pais nunca tinham levado ela num neuropediatra, quando veio para a escola aí a gente percebeu as

> atitudes, viu que ela era diferente, as ações dela mediante as atividades, o que acontecia no dia a dia da sala de aula a gente via que ela agia diferente dos outros alunos, então a gente falou com os pais e eles mesmos aceitaram e sabiam que ela era diferente, mas não acharam que ela tinha um autismo né aí foi encaminhada para um neuropediatra e ele diagnosticou que ela é autista (Jasmim).

> Não, assim não perguntou se queria né, mas me explicou do problema dele as dificuldades, o comportamento isso aí foi passado pra mim assim que recebi a lista dos alunos que viriam para a minha sala, olha na verdade é um pouco difícil de estar falando dessas crianças até porque ele é meu aluno, mas as atividades são diferenciadas, o tratamento às vezes é diferenciado por ela ser uma criança muito nervosa, a aprendizagem dela é muito lenta né uma criança que está ainda reconhecendo as vogais, não sabe as letras dos nomes (Girassol).

Jasmim em sua prática nos conta que a família tinha uma desconfiança que seu filho era diferente, mas nunca haviam levado a criança a um médico especialista para compreender as atitudes que faziam de seu filho diferente. De acordo com Figueira (2014, p. 33) quanto à participação da família no processo de inclusão "será fundamental que vocês, enquanto pais e família estimulem seus filhos a encarar suas limitações, não como obstáculo, mas como um desafio e processo criativo da luta dele contra tudo que o limita". Pode-se entender que a família no processo de inclusão é de fundamental importância, entender, compreender e acompanhar a criança faz com que ela se desenvolva cada dia mais a partir de suas capacidades, sendo apoiada dando lhe mais segurança para conseguir desenvolver-se. "O contato social começa dentro do lar. É importante que a criança com deficiência sinta-se bem ao lado de sua família que, por sua vez, deve leva-la a passeios e atividades fora do lar, de modo que, desde cedo, inicie-se um processo de socialização" (FIGUEIRA, 2014, p. 40).

Nesta discussão se as professoras foram consultadas se queriam participar ou não da experiência de ter um aluno inclusivo, houve o relato de Orquídea, o qual expressa que:

> Eu fui consultada eu fui informada de que ele seria meu aluno, a direção da escola me chamou para uma conversa, explicou como que era o trabalho com ele nos anos anteriores (Orquídea).

Constata-se, portanto que dentre as cinco professoras, uma delas foi consultada sobre o trabalho inclusivo, sendo que é de fundamental importância que o trabalho do processo de inclusão escolar seja realizado juntamente com a comunidade, a família, a gestão escolar, os professores e mesmo os alunos da classe. Sendo o preconceito um tópico que temos que deixar de lado ao incluirmos, seja na classe, em casa e na sociedade, "somos tendenciosos a olhar apenas as falhas de outras pessoas, principalmente porque nosso olhar

está viciado por um mundo que preza apenas aquele que é, apenas em seus padrões, o perfeito" (FIGUEIRA, 2014, p. 10).

5.3 A formação e a capacitação das professoras frente à inclusão

As professoras foram indagadas se em sua formação profissional inicial tiveram alguma preparação para a inclusão escolar. Jasmim disse que:

> Eu acho assim que a formação profissional que foi a Pedagogia, tem essa matéria lá, mas não dá base, a gente aprende quando vai para a prática mesmo, então assim o que eu sei é pela minha experiência do dia a dia e que eu busquei também informações e também com o curso que eu estou fazendo vai orientando a gente, mas a gente só aprende mais quando lida com a prática (Jasmim).

Jasmim em sua fala revela que o mais importante em sua experiência diante à inclusão foi à prática. De acordo com Nunes (2001, p. 36): "o professor aprende a partir da prática, embora reconheça que os cursos de formação de professores, tanto inicial como continuada, ainda não favorecem a articulação entre a formação teórica acadêmica e os conhecimentos oriundos do universo escolar". Também pode se notar que quanto à formação continuada, Girassol salienta a importância de uma especialização, a saber:

> Não isso aí eu aprendi muito foi na pós-graduação, na Pedagogia, no magistério não se fala muito sobre isso não, foi mais uma especialização, tive que fazer uma especialização, ou seja, uma pós-graduação em cima dessa inclusão dessa dificuldade (Girassol).

Machado e Albuquerque (2012) colocam que a falta de preparação vinda das professoras ao incluir se dá porque a preparação acadêmica que se é obtida não é suficiente para acolher as dificuldades encontradas na educação da criança portadora de algum tipo de deficiência. A ausência de organização das instituições frente a este tema é algo que não supre as didáticas educacionais para se trabalhar com a desigualdade. "O fato é que, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão" (PLESTSCH, 2009, p. 150).

Para a professora Bromélia o tema da inclusão deveria ser abordado desde a graduação:

> Começando pela faculdade porque apesar de a gente ter essa matéria não dá base nenhuma para a gente e na escola, também acho que nem mesmo os supervisores estão capacitados para atender, acolher essas crianças (Bromélia).

As professoras entrevistadas alegam falta de preparo em suas formações inicias para a inclusão escolar, e destacam as capacitações e as especializações como uma maneira de buscar se preparar profissionalmente. Ressaltando que a busca por essa formação continuada fica a seu critério, onde elas precisam disponibilizar tempo e dinheiro.

> Há necessidade da capacitação para todos os professores, eu acho que deveria ser um curso oferecido pelo Estado, sem custos para o professor, que a gente já gasta com tanta coisa (Tulipa).

> Assim eu acho que a necessidade de capacitação viria em primeiro lugar, eles teriam que ter capacitado os professores depois trabalhar a inclusão (Margarida).

> Então como eu disse por ter apoio eu acho que seria necessário ter uma capacitação primeiramente do apoio porque o apoio que é a professora que fica diretamente com ele, ela precisa ter um preparo muito bom, a professora regente também tem que receber uma orientação apesar de achar que sem o apoio não conseguiria trabalhar com ele né, seria mais fácil então capacitar primeiro quem vai apoiar e manter as professoras informadas do que o apoio recebeu dessa capacitação, porque na verdade quem fica mais responsável por ele no caso da minha sala é a professora de apoio, a parte pedagógica que é elaborada as atividades, passar o que vai ser trabalhado é minha, mas a forma como vai ser trabalhado com ele é mais a parte dela (Orquídea).

É importante salientar que as professoras reconhecem a importância da capacitação continuada, a saber:

> Como que a lei fala que a criança especial ela tem que, pode ir ou tem que ir para a escola regular, então eu acredito que todas as professoras tinham que ter pelo menos um curso, uma orientação, uma informação porque chega a criança e às vezes as dificuldades que ela tem o professor nunca ouviu falar e se às vezes ele fosse orientado seria mais fácil para o seu dia a dia, eu acho que deveria sim ter uma capacitação sim para todos os professores (Jasmim).

> Essa capacitação teria que ser continuada, sempre continuada (Margarida).

Em relação à falta de preparação que as professoras discorrem em seus discursos Machado e Albuquerque (2012. p. 1093) vem trazer que: “embora a inclusão seja o princípio da educação na atualidade, na prática só concorre para deixá-las angustiadas, despreparadas, amedrontadas e solitárias na escola para realizar a inclusão desses alunos”.

Machado e Albuquerque (2012, p. 1087) evidenciam que “diante de um efetivo debate em relação à inclusão dos estudantes com deficiência podemos constatar o

considerável avanço no que concerne à legislação brasileira; no entanto, ela por si mesma não garante a materialização e a concretização dos direitos". Plestsch (2009, p. 150) coloca que "no Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva".

Em suma nesta categoria pode-se notar um aspecto muito importante quanto ao processo da educação inclusiva, a preparação e capacitação das professoras quanto ao receberem alunos portadores de algum tipo de deficiência em suas classes regulares. As entrevistadas acreditam que em suas formações não houve um conhecimento aprofundado quanto à inclusão, reconhecem terem visto sobre a inclusão nas matérias dos cursos de licenciaturas, mas o maior conhecimento obtido sobre o assunto foi a partir da prática em suas salas de aulas e cursos de especializações específicos sobre o assunto. Diante a ausência de preparação quanto à inclusão, as professoras trazem que há uma grande necessidade quanto à capacitação inicial e continuada para o ato de incluir.

5.4 Preparação psicológica e metodológica e as dificuldades encontradas

Quanto à preparação das professoras frente à inclusão, nas entrevistas é revelado que todas as professoras indagadas dizem não estarem preparadas nem na parte psicológica e nem metodológica para a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência. Em algumas de suas falas elas revelam que:

> Nenhum pouco. Nem mesmo os de apoio que eles contratam para ajudar esses alunos tem essa preparação (Bromélia).
>
> Nenhum tipo (Tulipa).
>
> Não, na minha opinião uma grande parte dos professores não estão preparados para receber um aluno com alguma deficiência (Girassol).
>
> Não recebi nenhum tipo de preparação (Jasmim).

Sobre a preparação dos professores Mantoan (2003) ressalta que os educadores aguardam para serem preparados pela escola ou órgãos educacionais, para realizarem o trabalho dele junto ao aluno inclusivo, esperam ter preparações para solucionar possíveis problemas encontrados dentro da sala com um aluno deficiente. Sobre essa preparação as professoras em seus relatos trazem que:

> Não estou preparada, algumas crianças apresenta muita dificuldade eu acho assim que a reação dela às vezes pode desestruturar uma professora, porque ela não tem experiência, ela não fez o curso, ela não é especializada nisso (Jasmim).
>
> De modo geral não (Orquídea).
>
> Não, nenhum pouco, muito despreparado, porque foi uma coisa assim que chegou, sempre falava da inclusão e ela chegou assim e assustando todo mundo (Tulipa).
>
> Não eu acho que não e teria que especializar muito mesmo para estar preparado para trabalhar com esse aluno (Girassol).
>
> A maioria não (Margarida).

Quanto à falta de preparação para receber os alunos inclusos Artioli (2006, p. 119) acredita que os educandos tem uma "visão estereotipada de que todos os alunos com deficiência terão dificuldades e trarão problemas em relação à aprendizagem e à sociabilidade. É claro que existem os alunos que, em função da gravidade da deficiência, mas são exceções", podemos perceber que as professoras não se sentem preparadas, pois acreditam ser uma proposta nova e que precisam se especializar para atender as necessidades educacionais de uma criança deficiente.

Quando indagadas sobre as dificuldades encontradas no processo de inclusão destacam que:

> Na minha turma não porque esse aluno já veio do ano passado, os alunos já conheciam ele então a inclusão dele é mais fácil, esse ano o ano passado foi um pouco mais difícil (Margarida).
>
> Nesse caso não, como eu disse, eu já tive outros alunos esse por ser um aluno já da escola há mais tempo e a turminha que está comigo já era coleguinha dele então os meninos tem um tratamento normal com ele, acontece às vezes quando ele tem algum problema emocional muito sério que ele chora tem alguma crise dos meninos ficarem um pouco receoso com ele, mas no outro dia ate no mesmo dia passou um pouquinho os meninos já estão brincando e conversando com ele normalmente (Orquídea).
>
> Não é nem com dificuldades é assim cada caso é um caso e tendo que especializar, tendo mesmo que ser uma professora buscando a dificuldade daquela criança (Girassol).
>
> Sim, nem tanto por minha parte nem por parte dos alunos, mas por parte das famílias que ficam meio assim com medo, às vezes da criança, da deficiência, do que a criança pode fazer (Tulipa).
>
> A dificuldade maior está sendo em relação aos pais do aluno com a criança na escola (Bromélia).

Interessante que quando indagadas sobre estarem ou não preparadas para receber alunos inclusivos em suas salas de aula as professoras relatam não estarem, mas ao serem questionadas quanto a terem dificuldades em sua sala de aula com as crianças incluídas dizem não terem. Somente Tulipa e Bromélia ressaltam sobre a falta de apoio da família. “Os pais são agentes indispensáveis no processo educacional dos filhos. A família é a que melhor conhece a criança porque a acompanhou desde seu nascimento e, da mesma maneira a criança sente-se mais segura estando próxima de sua família” (SANTOS, SANTOS, OLIVEIRA, 2013, p. 38).

5.5 Trabalho da gestão escolar e os recursos encontrados na escola

No processo educacional para que a inclusão seja realizada de uma forma eficaz, Santos (2010, p 139) ressalta que: “uma gestão escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e criativo de todos os sujeitos envolvidos, bem como a colaboração efetiva e de trabalho em grupo, para atender às necessidades dos alunos”. Dessa forma, procurou-se saber junto às professoras como é o trabalho da gestão da escola diante à inclusão escolar.

> Na escola que eu trabalho eles dão muito apoio, elas buscam também junto com a gente como estar lidando com a criança, principalmente quando a criança é muito nervosa, uma criança que faz uso de medicação, então eles buscam. A gestão escolar busca junto com a gente para estar sanando pelo menos melhorando a aprendizagem desse aluno e estar lidando com essa criança (Girassol).

É importante salientar que neste trabalho do processo educacional é fundamental que “se produzam trocas, diálogos entre os pares sobre ideias e sentimentos relacionados ao trabalho desenvolvido, que promovam o reconhecimento de si e do outro” (SEKKEL, ZANELATTO, BRANDAO, 2010, p. 306). Sobre a importância de envolvimento da parte da escola e dos professores, Jasmim coloca que também há uma importância quando a família participa desse processo:

> Sobre assim a gestão escolar no meu caso, um exemplo quando a aluna veio para a escola e a gente falou que achava que ela tinha muita dificuldade, a escola se colocou pronta para ajudar, a família nos ajudou também, porque de início eu não tinha professora de apoio, então não tinha jeito, porque ela era muito nervosa, ela gritava na sala, ela não queria ficar na sala, em outro ambiente da escola ela aceitava, mas quando ela ia para a sala ela não aceitava ficar lá, então não tinha como dar aula com ela dentro da sala de aula, sem nenhum apoio, uma ajuda. Aí a escola viu buscou pela secretaria

> municipal de educação uma professora para apoiar essa criança e fez toda diferença (Jasmim).

A professora Jasmim vem nos ressaltar a importância do papel da professora de apoio dentro do processo de inclusão escolar, valendo-se de que na ausência de um apoio o trabalho junto à criança portadora de algum tipo de deficiência seria muito difícil, "o trabalho do professor de apoio em sala de aula ou itinerante, além de sua atuação no contexto de sala, torna-se relevante quando promove ações pedagógicas baseadas na interação professor e aluno com necessidades educacionais especiais" (SELVALTICI, MOURA, 2012, p. 01). Desta forma, os autores entendem que quando há uma junção do professor regente e do professor de apoio proporcionam uma maior efetivação no desenvolvimento das atividades pedagógicas para o aluno deficiente tendo assim um maior grau de trocas de experiências para melhor atender esse aluno. "Nesse sentido, o encontro da figura do professor especializado e professor regente, podem cumprir, um importante papel quando atuam de forma colaborativa na definição de estratégias pedagógicas, disponibilizando trocas de conhecimentos" (p. 9).

Para as professoras Jasmim e Girassol a gestão escolar não colabora com o processo de inclusão, como se pode verificar nas narrativas abaixo:

> No meu caso, nem mesmo os gestores estão sabendo lidar com essa criança está bem complicado (Bromélia).

> Fazem nada para cooperar (Margarida).

Para Machado e Albuquerque (2012, p. 1096) "segundo as professoras, a falta de apoio técnico nas escolas é um agravante que contribui para que elas não obtenham êxito nas práticas de inclusão de alunos com deficiência". Santos (2010) traz que o papel da gestão escolar quanto à inclusão se faz necessária em uma efetiva participação e até mesmo uma condução da ação para que ela possa influenciar as atuações dos profissionais quanto a lidaram com as crianças portadoras de algum tipo de deficiência e ajudando-os a superar as suas limitações.

É importante averiguarmos a importância do papel da gestão escolar diante o processo de inclusão como podemos ver acima, mas há outro eixo que é essencial, como a questão dos recursos pedagógicos que a escola disponibiliza para que seja realizado o trabalho junto ao aluno inclusivo. Ao serem indagadas a respeito desses recursos nota-se que:

> Nesse caso pedagógico, metodológico a escola tem material mais básico, como ele é um aluno que não necessita de lupa, material pedagógico específico a gente faz é algumas adaptações, a gente não tem muita coisa

> assim disponível para ele. No caso da minha escola, por exemplo, os banheiros, tudo já é adaptado para receber alunos especiais no caso dele não tem necessidade de rampa, de banheiro adaptado, mas tem se for o caso de receber um aluno tem. O pedagógico que eu já utilizei lá são os jogos que tanto dá para usar com ele quanto com os outros alunos. O material já era da escola e tem o material que o município enviou para as escolas que é para trabalhar com alunos que necessitam de lupa, que eu já tomei conhecimento, o material mais específico para deficiente auditivo, deficiente visual, deficiente com comprometimento motor eu já vi lá, mas no caso dele eu uso, é o que eu uso com os outros alunos mesmo, não tem nada específico para ele não (Orquídea).
>
> Assim os recursos mesmo da escola são poucos mais é a professora da sala, a professora apoio que confecciona esse material para o aluno. Tem pouca coisa, tem pouco material na escola, mais são joguinhos, aqueles joguinhos de encaixe, quebra cabeça, mas joguinho mesmo da parte pedagógicos são poucos, aí a gente que tem que confeccionar mesmo (Tulipa).
>
> A escola fornece material pedagógico, brinquedos pedagógicos, aquilo que a criança consegue fazer (Jasmim).
>
> Olha lá tem salas com jogos pedagógicos, atividades, um material excelente mais é no lúdico para estar trabalhando com essas crianças (Girassol).
>
> Na nossa escola nenhum (Margarida).
>
> Nenhum, a escola tem material que é usado para trabalhar com as crianças que não tem esses problemas que os alunos inclusos têm, mas material mesmo específico para esse tipo de aluno não tem nenhum (Bromélia).

Nas falas de algumas entrevistadas percebe-se a ausência de recursos dentro da escola para se trabalhar com as crianças inclusivas, Selvatici e Moura, (2012, p. 7) vem trazer que “o ambiente tanto quanto os recursos, devem minimizar as limitações funcionais, motoras e sensoriais do indivíduo e potencializar suas habilidades”. Assim é fundamental que tenha disponível na escola meios que dão suporte as professoras quanto à inclusão para que possam possibilitar diferentes formas para ajudar no processo de inclusão seja ela qual for a deficiência e dificuldade da criança. Quanto a esses materiais que as professoras necessitam as autoras acreditam que “o material pedagógico dá suporte ao processo educacional quando são respeitadas as condições físicas, sensórias e de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais” (p. 8).

Quanto ao suporte psicológico relacionado ao ato de incluir. Todas as professoras expressam que há necessidade de uma orientação psicológica. Assim, discorrem como a psicologia poderia ajudá-las no processo de inclusão escolar:

> Eu acho que orientando os professores, porque nós sabemos a parte pedagógica e as psicólogas elas conhecem a ação, toda ação tem alguma coisa para aquela ação, não sei se é assim que fala, mas eu acho que o

> psicólogo pode muito bem assim orientar a gente como agir com essas crianças, por exemplo, ah ela foi diagnosticada como autista, então eu vou fazer acompanhamento com um psicólogo, tanto a família, quanto a criança e orientar a gente. Olha a criança é assim, você deve agir assim, orientar a gente como a gente deve agir (Jasmim).
>
> Tendo esse apoio dentro das escolas, ele vai trabalhar com o professor, com a criança, com a família com toda a equipe da escola. E ajuda não ser aquela coisa assim assustada né, assustar assim a gente, mas ajuda a melhorar a cabeça da gente um pouco (Tulipa).
>
> Os psicólogos descobrem mais à fundo essa deficiência e isso é muito bom estar passando para os professores é a especificidade deles (Girassol).
>
> Eu acho que começando pela família da criança, pelos professores que estão atendendo, pelo professor de apoio que está com ele na sala, pela supervisão da escola que tem que ter um apoio para saber como trabalhar com essa criança e pelas crianças que estão com ela dentro da sala (Bromélia).
>
> Dando apoio quanto aos professores quanto aos pais (Margarida).

Em todas as falas podemos perceber que as professoras vêm ressaltando a importância da psicologia no processo de inclusão escolar, sendo importante para elas, para os alunos da sala, professora de apoio, equipe da escola e família. Assim, de acordo com Gomes e Souza (2011) a prática inclusiva no ambiente escolar, tem sim seus rendimentos lutando contra o preconceito que se tem na sociedade a respeito dos deficientes, em consideração com uma quebra de paradigmas quanto às diferenças na humanidade é fundamental que a psicologia se faça presente buscando uma democratização social.

Quanto a esses preconceitos que a sociedade tem diante aos deficientes, “o que se vem percebendo é que essas deficiências passam a se construir barreiras secundárias ao se considerar o distanciamento existente entre a legalidade e objetividade das políticas educacionais inclusivas, e a realidade vivida nas ações educacionais que a escola desenvolve” (GOMES, SOUZA, 2011, p. 189). Ou seja, esse preconceito que a sociedade tem a respeito dos deficientes acaba por atrapalhar no desenvolvimento em que essas pessoas têm a desenvolver, pois o que se pode aprender pode ficar hostilizado pelos rótulos em que são lhes colocado e acabam por internalizar esses sentimentos de exclusão e indiferença.

Quanto ao trabalho da Psicologia no processo de inclusão Barbosa e Souza (2010, p. 361) “vem destacar que na escola não se exercita a escuta, visto que os professores têm uma visão cristalizada sobre o que e quem são o aluno, a escola e a família”, desta forma, percebe-se que a escola apenas lida com o que é proposto na estratégia pedagógica, logo não podemos esquecer da individualidade em que cada professor traz de sua casa, assim entende-se que há outros fatos importantes que merecem dimensão, a tese de que é preciso um acompanhamento

a esses profissionais, quanto a sua prática e sem dúvida a sua vida pessoal. Enfim, “entendemos que tanto a Psicologia como a Educação têm um grande papel nesse processo, ao passo que poderão oferecer contribuições para a compreensão das relações complexas e conflitantes envolvendo o processo de inclusão” (p. 361), contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais adequadas de trabalho e maior progresso às crianças envolvidas neste processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escolarização para todos é algo garantido por lei. Mas será que apenas incluir esses alunos em uma escola regular é a solução? Diante ao que se encontrou no presente trabalho são várias as situações que competem para o sucesso de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Pode-se destacar o fato de que as professoras não se sentem preparadas para receber esses alunos em suas salas de aula, devido à falha no processo de formação docente. Sendo que essa ausência de informações advindas das formações profissionais iniciais é algo que merece atenção, pois não se tem previsão de mudanças acerca dessa problemática.

Ficou claro que não basta a promulgação da lei da inclusão escolar, pois é preciso que se faça mais do que incluir esse aluno dentro da sala de aula. Nas entrevistas é visto que há uma falta de preparação dos professores, da gestão escolar, falta de recursos, ausência da família e da sociedade, o que dificulta o processo, que só se dará diante a participação e apoio de todos.

Na prática a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas precisa ser esclarecida para as professoras, os gestores das escolas e a sociedade para que possam conhecer os benefícios em que esta pode trazer para o desenvolvimento da criança. Colocando que todos aqueles que têm um contato com essas crianças são responsáveis por seu desenvolvimento sendo necessário deixar os estereotipados e os preconceitos de lado.

Em resultados finais é preciso admitir que a inclusão, não é feita de forma “inclusiva”, descrevê-la em diretrizes e leis não significa o fim ou mesmo o “está feito”, é preciso caminhar juntamente com a escola e com os professores dando-lhes, assegurando e garantindo condições que favoreçam o desenvolvimento social e educacional.

Pode-se perceber nas entrevistas que as professoras têm receio ao falarem sobre as escolas em que trabalham, por medo de expor os alunos e mesmo o nome da instituição, teve professoras que ficaram a vontade para dizer e até mesmo descarregar os sentimentos frente ao processo de inclusão, como também aquelas que não querem falar nada para não opor a escola.

Espera-se que o processo de inclusão possa avançar não apenas em colocar a criança dentro da escola, mas em relação aos apoios em que as escolas necessitam sejam eles

metodológicos; pedagógicos e psicológicos, pois é importante salientar que antes da lei têm-se seres humanos com sentimentos e emoções, o aluno com anseio de aprender e socializar e a professora em lidar com suas dificuldades e aspirações que envolvem o processo da inclusão.

Importante ressaltar que todo trabalho abre novas possibilidades para que outros sejam realizados, assim sugere-se que novos estudos possam ser feitos abordando a opinião das crianças e famílias que vivenciam o processo de inclusão, bem como pesquisas que se voltem ao preconceito que envolve o processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

ARTIOLI, A. L. A educação do aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor. **Revista Psicologia da Educação,** São Paulo, vol. 23, p. 103-121, set. 2006.

BARBOSA, E. T.; SOUZA, V. L. T. A vivência de professores sobre o processo de inclusão: um estudo da perspectiva da psicologia histórico cultural. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, vol. 27, n. 84, p. 352-362, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015. Institui a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 julho 2015.

_____. LDB nacional [recurso eletrônico]: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 12. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série legislação; n. 254).

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: Revisão Critica da Literatura. **Revista Psicologia e Sociedade**, Santa Catarina, vol. 21, n. 1, p. 65–74, 2009.

CERVO, C. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COSTA, V. A. Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais: para quê? In: MIRANDA, T. G.; FILHO, G. A. T. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. Cap. 5, p. 89-110.

FIGUEIRA, E. **Psicologia e Inclusão:** atuações psicológicas em pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

_____, E. **Conversando Sobre Inclusão Escolar Com a Família**. São Paulo: Edição do Autor, 2014.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. UNESCO, Brasília, 2009.

GOMES, C.; SOUZA, V. L. T. Educação, Psicologia Escolar e Inclusão: aproximações necessárias. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, vol. 28, n. 86, p. 185-193, 2011.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

_____. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GOUVEA, G. F. P. Um salto para o presente: a educação básica no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 14, n. 1, p. 12-21, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Cidade de Patrocínio. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=317020>. Acesso em: 01 de junho 2017.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem os alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p.163 – 184, maio/ago. 2006.

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. A educação especial em tempos de educação inclusiva: dos aportes normativos aos aspectos operacionais. In: DAVID, C. M; SILVA, H. M. G; RIBEIRO, R; LEMES, S. S. (Orgs.). **Desafios Contemporâneos da Educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Cap. 1, p. 85-105.

LEONARDO, N. S. T. Inclusão Escolar: Um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, vol. 12, n. 2, p. 431 – 440, jul./dez. 2008.

LOURENCETTI, G. C. A baixa remuneração dos professores: algumas repercussões no cotidiano no cotidiano da sala de aula. **Revista Educação Pública**, Curitiba, vol. 23, n. 52, p. 13 – 32, jan./abr. 2014.

MACHADO, L.B., ALBURQUERQUE, E. R. Inclusão de alunos com deficiência na escola pública: as representações sociais de professoras. **Revista Diálogo e Educação**, Curitiba, vol. 12, n. 37, p. 1085 – 1104, set./dez. 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTOS, A. R.; PÉREZ, B, C.; ALMADA, C. V. R.; CASTRO, L. R. O cuidado na relação professor-aluno e sua potencialidade politica. **Estudos de Psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, p. 369-377, abr./jun. 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol.11, n. 33, p. 387-405, set. 2006.

MONTEIRO, J. S., SILVA, D, P. A influencia da estrutura de escola no processo ensino aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia.

Revista Geografia e Ensino e Pesquisa, Rio Grande do Sul, vol. 19, n. 3, p. 19-28, set./dez. 2015.

NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira, **Revista Educação e Sociedade,** n. 74, p. 27-42, abril, 2001.

PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiatr,** São Paulo, vol. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PLETSCH, M.D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes politicas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista da Educação do Ideau**, Alto Uruguai, vol. 5, n. 12, p. 01-13, jul.-dez. 2010.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. M. R. **Educação inclusiva:** o professor mediando para a vida. Salvado: Edufba, 2009.

SÁNCHEZ, D. P. A. A educação inclusiva um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, Rio Grande do Sul, p.7-17, out. 2005.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 10, n. 2, p. 227-234, ago. 2005.

SANTOS, I. M. **Inclusão Escolar e a Educação para todos**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____, E. R. L.; SANTOS, F. R.; OLIVEIRA, T. C. B. C. Papéis dos pais no processo de inclusão escolar e na aprendizagem de filhos com necessidades educacionais especiais. **Revista Discentis**, Bahia, vol. 2, p. 38 – 49, jul. 2013.

SCOZ, B. J. L. Subjetividade do professor/es: sentidos do aprender e do ensinar. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, vol. 26, p. 5-27, 2008.

SEKKEL, M. C.; ZANELATTO, R.; BRANDÃO, S. B. Uma questão para a educação inclusiva: expor-se ou resguardar-se? **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, São Paulo, vol. 30, n. 2, p. 296-307, 2010.

SELVACATI, R. H. P.; MOURA, S. M. Construindo materiais e reconstruindo conceitos e valores na educação inclusiva. **Revista Eletrônica Pro-Docência**, Londrina, vol. 1, n.1, p. 1-10, jan./jun. 2012.

SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Paulo, vol. 5, n. 1, s/p, 2014.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa cientifica. In: GERHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Uni. 2, p. 31-43.

STUBBS, S. **Educação Inclusiva:** onde existem poucos recursos. Norway: The Atlas Alliance, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais**. Espanha: Unesco, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Roteiro de entrevista

Perfil Sociodemográfico dos participantes:

Idade:

Estado Civil:

Formação profissional:

- Você tem formação em magistério? ( ) sim ( ) não
- Ano de conclusão:
- Você fez/faz faculdade: (....) sim.....(....) não
- Curso:
- Ano de conclusão:
- Desde quando é professor(a) na Rede Municipal de Ensino de Patrocínio/MG?
- Em quais etapas da educação básica você já trabalhou?
- Você fez/faz algum curso de especialização: (....) sim.....(....) não
- Curso:
- Ano:

Seu trabalho atualmente.

- Trabalha (....) um.....(....) mais de dois períodos

Período matutino:

- Escola:
- Etapa:
- Número de Alunos:

Período diurno:

- Escola:
- Etapa:
- Número de Alunos:

Período noturno:

- Escola:
- Etapa:
- Número de Alunos:

Percepção das professoras acerca da profissão e da inclusão escolar:

1- Você conhece sobre a Lei da Inclusão Escolar? Se sim, o que você acha da mesma?
2- Você passou e/ou está passando pela experiência de ter um aluno incluído em sua sala de aula?
3- Me conta sobre sua experiência de ter um aluno incluído na sua sala de aula.
4- Quando da inclusão desse aluno você foi consultado se queria participar dessa experiência ou não? Fale-me um pouco como se deu esse processo da inclusão.
5- Você teve algum tipo de preparação em sua formação profissional inicial sobre a inclusão escolar?
6- Em sua opinião há necessidade de capacitação para os professores para incluir alunos especiais no ensino regular? Se sim, como você acha que deveria ser essa formação?
7- Você recebeu algum tipo de preparação, seja ela psicológica e/ou metodológica, para a inclusão de alunos especiais em sua sala de aula?
8- Em sua opinião os professores estão preparados tanto na parte metodológica quanto na psicológica para a inclusão escolar?
9- Quais recursos pedagógicos são disponibilizados pela escola para que seja realizado o trabalho junto ao aluno inclusivo?
10- Como é o trabalho da gestão escolar com os professores acerca da inclusão escolar?
11- Você encontra dificuldades na inclusão dos alunos? Se sim, quais? Fale-me sobre elas.
12- Você acredita que a psicologia pode ajudar no processo da inclusão escolar? Se sim, de que forma?
13- Tem alguma pergunta que eu não te fiz e você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNICERP – CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO - PATROCÍNIO
COEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO UNICERP
MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: "Educação Inclusiva: preparação dos professores de uma rede municipal".

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo **"EDUCAÇÃO INCLUSIVA: preparação dos professores de uma rede municipal".** Com isso você poderá contribuir com os avanços na área da psicologia escolar, já que tais avanços só podem dar-se por meio de estudos como este, por isso a sua participação é importante. Esta pesquisa tem como propósito verificar se os professores da rede municipal de educação da cidade de Patrocínio/MG recebem algum tipo de preparação para a inclusão de alunos especiais em suas salas de aula no ensino regular e caso você participe será necessário responder a uma entrevista. Não será feito nenhum procedimento que lhe traga qualquer desconforto ou risco à sua vida, mas poderá ocorrer algum constrangimento na aplicação da entrevista, por parte do participante, o qual poderá desistir de sua participação na pesquisa em qualquer momento.

Você poderá obter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois você será identificado com o nome de uma flor.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Eu, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi o propósito e a relevância deste estudo e o(s) procedimento(s) a(os) que(ais) serei submetido. As explicações que recebi esclarecem os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que tenho liberdade para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me trará nenhum prejuízo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Eu concordo em participar do estudo.

Patrocínio, .../ ...../.....

_____ _____

Assinatura do voluntário ou seu responsável legal Documento de identidade

_____ _____

Assinatura do orientador responsável Assinatura do aluno(a) pesquisador

Telefone de contato dos pesquisadores:

Vanessa Cristina Alvarenga:
Juliana dos Santos Pereira Botelho:

ANEXOS

ANEXO A - Autorização Secretaria de Educação

PREFEITURA DE PATROCÍNIO
UNIÃO E TRABALHO

Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

PATROCÍNIO

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que as pesquisadoras Juliana dos Santos Pereira Botelho, portadora do RG nº. MG 17.855.546 SSP MG, CPF: 116.894.486-44 e Vanessa Cristina Alvarenga, portadora do RG nº. MG 11.517.372 SSP MG, CPF: 058.646.996-67, estão autorizadas a entrarem em contato com as escolas municipais de Patrocinio-MG a fim de verificar em quais escolas tem professores que passaram e/ou estejam passando pela experiência de incluir alunos com necessidades educacionais especiais em sua sala de aula, afim de fazer o convite para esses professores para participarem da pesquisa: 'EDUCAÇAO INCLUSIVA: preparação dos professores de uma rede municipal", com a finalidade de realizar seu trabalho de conclusão do curso de Psicologia, do UNICERP – Centro Universitário do Cerrado – Patrocinio.

Declaro ainda ter conhecimento da pesquisa a ser realizada e de ter sido previamente informada de como serão utilizados os dados colhidos nesta instituição.

Patrocinio-MG, 13 de Junho de 2017.

Priscila Beatriz Borges Pereira Castro

Secretária Municipal de Educação

ANEXO B – Aprovação do comitê de ética em pesquisa do UNICERP

UNICERP

COORDENADORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO UNICERP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO COEP/UNICERP
PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE PARA
APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

1. PROJETO DE PESQUISA:

PROTOCOLO 20171450751018

1.1. TÍTULO DO PROJETO:

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: preparação dos professores de uma rede municipal

1.2. PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Nome: Vanessa Cristina Alvarenga
Identidade: MG. 11.517.372 CPF: 058.646.996-67
Endereço: Av. Dr. Laerte Vieira Gonçalves, 676, apt. 102. Uberlândia.
Correio eletrônico: vanessac@unicerp.edu.br
Telefone: (34) 8883-0082 Fax:

1.3. INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO PATROCÍNIO

1.4. PROJETO APROVADO EM

Recebido no COEP/UNICERP em: 13/06/2017 Para o relator em: 14/06/17

Parecer avaliado em reunião de: 30/06/2017
Aprovado: 30/06/2017
Não aprovado: ____/____/____
Diligência/pendências: __/__/___

Profa. Me. Angela M. Drumond Lage
COEP-UNICERP

Diretor(a) da Unidade